



## Debate de urgência sobre fogos em Portugal

Pg. 3



### UE: QUE FUTURO ?

A **saída do Reino Unido** na sequência do Brexit obriga a UE a um **exame de consciência**. Não só para analisar o que é sua responsabilidade e aconselhar a mudanças, como para identificar as áreas em que a UE pode e deve crescer, agora que já não existe o "travão" britânico.

É neste contexto que se situa o **Livro Branco para o Futuro da Europa** apresentado pela Comissão Europeia. Um Livro Branco que apresenta 5 cenários bem diferentes:

1. Assegurar a Continuidade
2. Restringir-se ao Mercado Único
3. Fazer "mais", quem quiser "mais"
4. Fazer "menos" com maior eficiência
5. Fazer muito "mais" todos juntos

Confesso que teria preferido uma atitude mais pró-activa da Comissão Europeia com uma proposta de um rumo a seguir em vez de um **cardápio de alternativas tão diferentes**.

Aceito o argumento que é útil para alimentar o debate mas ele **não pode ficar confinado aos corredores do Conselho Europeu**. O Futuro da Europa é algo que interessa a todos os cidadãos europeus e não apenas aos Chefes de Estado e de Governo.

## Governo recua na agência europeia do medicamento

Pg. 02

## Roaming termina na União Europeia



Pg. 5

## Preparam-se novos fundos e programas europeus

Pg. 7

# Paulo Rangel e José Manuel Fernandes obrigam Costa a recuar

Depois de **Paulo Rangel** e **José Manuel Fernandes** terem lançado uma campanha a favor da coesão territorial e da inclusão do Porto e Braga na lista das **idades candidatas a acolher a Agência Europeia do Medicamento** (AEM), o Primeiro-Ministro António Costa fez marcha atrás e apresentou as candidaturas de Lisboa e Porto. Os Eurodeputados do PSD acusaram o Governo de “*querer concentrar tudo em Lisboa*” ignorando a coesão territorial.

Num artigo publicado no Público, o líder parlamentar do PSD no Parlamento Europeu e Vice Presidente do PPE considerou que o **Governo estava a ser “hipócrita”** por apregoar a descentralização e a coesão territorial mas acabar por **concentrar tudo em Lisboa** tornando a capital numa cidade onde começa a tornar-se difícil viver.

Paulo Rangel recordava que **Lisboa é já sede de duas agências europeias: o Observatório da Droga e da Toxicodependência e a Agência Europeia de Segurança Marítima**



e que um dos critérios mais relevantes para a escolha do local é o da distribuição geográfica (*geographical spread*).

Os Deputados entendem que Portugal possui outras cidades com todas as condições para receberem a sede da AEM e dá o exemplo da segunda e da terceira cidade do país: Porto e Braga.

Entre os argumentos, Paulo Rangel e José Manuel Fernandes destacam o facto de tanto o Porto como Braga possuírem património edificado mais do que suficiente e mais do que apropriado a poder instalar os serviços da dita Agência num prazo curto, tão curto quanto o que é especificado nos requisitos de candidatura.

Outros pontos fortes são também as infraestruturas de educação para os filhos dos funcionários, a oferta de serviços de saúde e de apoio social, as oportunidades de trabalho e a proximidade a Aveiro e à sua rede industrial e universitária e a Coimbra, onde está um outro polo fundamental na área da saúde.



## Homenagem de Paulo Rangel a Helmut Kohl

“**Helmut Kohl** foi sem dúvida **um dos maiores políticos mundiais e europeus** do final do século XX. Kohl apostou decisivamente na **integração europeia** e, especialmente, na **ideia de coesão territorial**, antes mesmo de qualquer sinal de queda do muro de Berlim e do jugo soviético. A parceria com Mitterrand e o apoio a Jacques Delors são o melhor exemplo deste seu europeísmo genuíno. Depois, o modo como reagiu à queda do muro de Berlim e como pacientemente convenceu primeiro Gorbachev e de seguida Mitterrand e Thatcher foi proverbial. Os três eram sérios adversários da criação da Alemanha unida. Só o presidente George Bush pai era um adepto desta solução, pressuposto que fosse o reforço da participação na NATO. A forma como criou a CDU no leste da Alemanha foi outro passo decisivo para a reunificação. Neste quadro, apostou de tal maneira na União Europeia que é o **grande impulsionador da moeda única**. O seu exemplo é inspirador.”



# Deputados do PSD propõem debate de urgência sobre prevenção de catástrofes naturais e combate a incêndios

**N**a sequência da profunda tragédia que assolou a região centro do nosso país, no passado dia 17 de junho, **Fernando Ruas**, na Comissão de Desenvolvimento Regional e **José Manuel Fernandes** na Comissão do Orçamento, solicitaram a realização de um debate de urgência no Parlamento Europeu, com a presença da Comissão Europeia, relativamente aos **recentes fogos florestais** que assolaram Portugal e Espanha e aos **instrumentos de resposta da UE e respectivos procedimentos de prevenção e proteção civil**.

Esse pedido foi subscrito pelos restantes Eurodeputados do PSD e o debate teve lugar na Sessão Plenária de Julho do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

No hemiciclo do Parlamento Europeu, **Fernando Ruas** afirmou: *"Cabe-nos agora, depois do fogo extinto e dos prejuízos contabilizados, concentrarmo-nos no apoio aos familiares e aos amigos das vítimas, no apoio aos feridos e sobreviventes e no esforço da reconstrução das infraestruturas, habitações e empresas, devolvendo a esperança a quem tudo perdeu"*.

Fernando Ruas alertou *"por isso, para a necessidade de uma ajuda célere e simplificada às famílias dos sobreviventes, aos trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho, às empresas afectadas e às autarquias, que por força deste trágico acontecimento têm pela frente um trabalho hercúleo e muito difícil"*.

No entanto, e como Fernando Ruas frisou durante o debate, o importante é prevenir.

Segundo o Eurodeputado *"é necessário de uma vez por todas: fazer uma **prevenção activa e uma gestão responsável das florestas**; um planeamento adequado do coberto vegetal e dos usos do solo; a realização do cadastro da propriedade rústica; uma efectiva valorização dos territórios do interior, concretizando os princípios de coesão económica, social e territorial, através de políticas contra a desertificação humana e infra-estrutural de que são alvo há algumas décadas..."*.

E, como oportunamente lembrou, **cabe "obviamente, a Portugal e ao Governo agir, mas a União Europeia pode ajudar"**. E pode ajudar através da negociação dos Acordos de Parceria que concretizam parte do Quadro Financeiro Plurianual- concretamente os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ou mesmo através do Plano Juncker, promovendo uma maior coordenação e coerência das políticas florestais, bem como permitindo sinergias com outros sectores interligados à gestão florestal ou mesmo às Tecnologias de Informação, bem como aumentando a profundidade da acção de proteção civil nacional e de resposta a crises, através do mecanismo europeu".

Neste âmbito, já há cinco anos atrás e na qualidade de Presidente da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, Fernando Ruas havia proposto ao Governo a realização do **cadastro rural**, que contribuirá, positivamente, para um melhor conhecimento do território e, consequentemente para uma melhor prevenção de incêndios florestais. Recentemente, em declarações à Lusa sobre esta matéria, o actual Deputado ao Parlamento Europeu referiu que a

existência de um cadastro rural seria *"um ganho que podia ser o fermento para tomar decisões" já que, como frisou "não há ninguém que decida bem sobre aquilo que não conhece"*.

Fernando Ruas quer ainda *"conhecer de que forma e quando a Ajuda Europeia se irá processar no âmbito do Fundo de Solidariedade e das novas regras relativas ao Fundo de Desenvolvimento Regional, pois os prejuízos e as medidas conducentes à revitalização destes territórios ascendem a cerca de 500 milhões de euros, de acordo com as estimativas governamentais"* bem como saber que *"avaliação faz a Comissão da cooperação com as Autoridades Portuguesas"* no âmbito do Mecanismo Europeu de Resposta de Emergência.

**José Manuel Fernandes**, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos afirmou que: **"o pedido por parte do Governo para acionar o mecanismo de proteção civil da União Europeia só ocorreu no domingo, dia 18. Mas 60 minutos depois do pedido já havia aviões a caminho de Portugal. O Governo de Portugal tem de utilizar os Fundos Estruturais, que podem ir a uma taxa de cofinanciamento de 95 %, e o Fundo de Desenvolvimento Rural para a recuperação dos danos. Estou a falar de mais de 26 mil milhões de euros disponíveis"**.

A Comissão, o Parlamento e o Conselho têm de **mobilizar rapidamente o Fundo de Solidariedade**. É tempo de reconstruir e ajudar as populações afectadas, mas também é tempo de tirar ensinamentos e tudo fazer para evitar tragédias deste tipo e em matéria de incêndio, essa é uma competência de cada Governo".



# Sofia Ribeiro promove seminário sobre a justiça na cadeia alimentar na Feira Nacional de Agricultura em Santarém

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu, em Santarém a necessidade de *"garantir o equilíbrio e o bom funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar, reforçando a posição dos agricultores e garantindo uma justa remuneração pelo seu trabalho"*. A Eurodeputada açoreana falava no seminário intitulado **"Como melhorar o posicionamento dos Agricultores na cadeia alimentar"**, que organizou em conjunto com a Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), no âmbito da edição deste ano da Feira Nacional de Agricultura, a mais importante feira agrícola nacional, que já vai na sua 54ª edição.

*"Temos de proteger a base da cadeia alimentar e aqueles que são considerados os elos mais fracos da cadeia; temos de garantir que há uma **distribuição justa das remunerações** e de que não há um abuso de poder sobre os agricultores, nomeadamente através das **práticas comerciais desleais**",* começou por explicar a eurodeputada durante a sua intervenção. Sofia Ribeiro afirmou que *"os produtores agrícolas não podem ser os culpados e as vítimas solitárias das variações do mercado, e não podem ser eles os únicos a pagar. Há que garantir uma cadeia alimentar solidária, quer quando a situação é positiva, mas ainda mais importante, quer quando a crise afeta o sector"*.

De acordo com a Deputada social-democrata existem, entre outras, duas formas possíveis para minimizar a questão: *"ou quando baixar o preço de um determinado produto, por questões de mercado, ele baixa proporcionalmente em toda a cadeia, ou então temos de arranjar mecanismos que possam, de uma forma equitativa, proteger o rendimento dos produtores, garantindo um mercado eficiente e saudável"*.

Esta iniciativa contou com a presença do Presidente da CAP, do Ministro da Agricultura, de responsáveis do Ministério da Agricultura, deputados à Assembleia da República, bem como do Comissário Europeu da Agricultura, que através de mensagem de vídeo, recordou o que já foi feito pela Comissão até ao momento



e reconheceu o enorme esforço e dedicação da Eurodeputada Sofia Ribeiro na defesa dos Agricultores dos Açores e do país em geral.

**"Não podemos compactuar com práticas desleais;** não devemos estar a discutir a forma de termos preços ainda mais baixos, mas sim como podemos promover e vender os produtos refletindo a sua qualidade no preço ao consumidor, garantindo a justa remuneração dos agricultores", explicou a eurodeputada. *"Não podemos prosseguir com pagamentos atrasados, vendas com perda, mudanças contratuais unilaterais, restrições de acesso aos mercados e desequilíbrios na distribuição de lucros"*, explicou, acrescentando que, para isso, *"a aposta deve recair no fortalecimento das organizações de produtores e nas organizações de negociação, tal como se prevê que sejam criadas na futura Política Agrícola Comum - PAC. Até lá, temos as organizações interprofissionais que podem muito bem desempenhar este papel. Formação,*

*formação, formação. Não me tenho cansado de repetir isto. **Produtores mais formados, com mais qualificações, terão mais acesso a informação, inovação, conhecimento,** o que irá levar a uma melhoria do seu produto, da sua posição negocial e da sua actividade produtora"*.

*"É por tudo o que acabei de referir que considero fundamental a existência de um enquadramento legal europeu, pois está mais que provado que não é com códigos de boas práticas, que apesar de importantes, vamos lá. Quem não infringe, não deve temer esta legislação, por isso não há qualquer razão para a não ter"* tendo prosseguido *"é indiscutível a **qualidade do nosso sector agroalimentar** e é imprescindível compreender que ele é um dos **motores fundamentais da nossa economia**. Só depois de compreendermos isto e de assumirmos o enorme esforço e dedicação dos nossos agricultores, é que conseguimos garantir justiça nesta relação entre os elos da cadeia alimentar, por vezes tão desequilibrados"*, finalizou Sofia Ribeiro.



## Schengen: Carlos Coelho acusa Comissão e Governos de ocultar informação

Os Estados Schengen que procedam à reintrodução de fronteiras entre si têm de monitorar estes controlos e enviar os respetivos relatórios ao Parlamento Europeu. **Alemanha, Áustria, Dinamarca, Noruega e Suécia mantêm controlos** nas suas fronteiras internas desde Maio de 2016 e **não disponibilizaram ainda estes relatórios**.

**Carlos Coelho** interpelou, o Comissário para as Migrações, **Dimitris Avramopoulos**, para a transmissão daqueles relatórios.

O Deputado ao Parlamento Europeu assinalou que **"há informação que está a ser ocultada ao Parlamento Europeu**. A Comissão diz que não pode partilhar a informação sem autorização dos Estados-Membros, mas alguns governos publicam estes dados online. A própria Comissão Europeia considera que os dados enviados não são muito detalhados. **Reclamo à Comissão Europeia mais exigência e aos Estados Membros que não se furtem às suas obrigações**".

O Deputado social-democrata sublinhou também "que o Parlamento Europeu tem o poder de escrutinar e garantir o bom funcionamento de Schengen. A liberdade de circulação é o direito mais importante para os cidadãos europeus, que este Parlamento representa. **Toda a informação sobre tudo quanto afete Schengen deve ser comunicada e discutida com o Parlamento Europeu**".

Carlos Coelho concluiu alertando ainda para "o **perigo de substituir controlos fronteiriços por controlos policiais sistémicos**. Ou seja, manter tudo igual, mudando apenas o nome. Liberdade, Segurança e Justiça são a essência de Schengen. O Parlamento exige ser envolvido nas discussões relativas aos controlos policiais que os Estados Membros, nas costas dos cidadãos europeus e com o beneplácito da Comissão, andam a desenvolver".

## Carlos Coelho assinala o fim do *roaming* dentro da União Europeia



O dia 15 de Junho marcou o fim da cobrança de taxas de **roaming** ("itinerância") dentro da União Europeia. **Carlos Coelho** assinalou este momento em Estrasburgo, destacando a importância desta decisão para a UE.

**"O fim da cobrança de taxas de roaming na União Europeia tem um importante significado:** é o fim de uma fronteira psicológica que subsistia num espaço sem fronteiras físicas" afirmou Carlos Coelho, acrescentando que **"o processo que levou a esta decisão demorou dez anos**. Durante a última década, as taxas cobradas diminuíram em mais de 90% e o intenso trabalho das instituições culminou neste momento, de grande importância política. **O fim do roaming é um bom exemplo daquilo que podemos alcançar juntos** e que tem consequências directas nas vidas de todos os cidadãos. É uma ajuda no discurso de defesa do projecto europeu". O social-democrata sublinhou, a este propósito, que **"hoje damos um importante passo na afirmação da liberdade de circulação, na construção do mercado único digital e no enraizamento da cidadania europeia"**.

Questionado sobre as oportunidades para cidadãos e empresas, o deputado do PPE defendeu que **"não faz sentido ter um espaço de livre circulação** de pessoas, mercadorias, serviços e capitais em que os custos de comunicação representam encargos adicionais. Faz sentido

ir de férias e pagar mais por um telefonema em Espanha que em Portugal? Faz sentido estar fora dois dias, em negócios, e acrescentar ainda mais custos à minha viagem? Creio que não".

Sobre a posição das empresas de telecomunicações, Carlos Coelho recordou que **"as operadoras tiveram vários anos para preparar este momento**. Compreendo a posição de empresas que operam sobretudo em países exportadores de roaming (como Portugal), mas além deste momento ter sido preparado durante anos, todos os agentes fizeram parte do processo de tomada de decisão e nós não fomos alheios às preocupações que nos foram apresentadas. Por isso, foram previstos mecanismos anti abuso. O compromisso obtido para o fim do roaming e para o combate aos eventuais abusos de utilizadores é equilibrado, pelo que não será admissível, em circunstância alguma, que as operadoras repercutam custos nos consumidores que, no fundo, é a comunidade que esta importante decisão visa proteger".

O Deputado ao Parlamento Europeu declarou, ainda, que **"esta decisão é um passo importante, mas apenas mais um passo na preservação do mercado único e na construção do mercado único digital**. É fundamental que os consumidores participem neste caminho e não deixem de estar informados sobre as oportunidades que momentos como este representam para a defesa dos seus interesses e expectativas".

# Cláudia Monteiro de Aguiar exige à Comissão apoio humanitário para Venezuela

*Enviada carta a Federica Mogherini*



**A** Eurodeputada do PSD enviou uma carta à Vice-Presidente da Comissão Europeia, **Federica Mogherini**, responsável pela Política Externa, apelando a uma intervenção mais célere no apoio à população da Venezuela fruto do intensificar da crise que se vive naquele País.

**A situação social na Venezuela é gravíssima.** A falta de alimentos, água e medicamentos tem sido uma tónica constante, a população venezuelana e as comunidades de imigrantes estão a passar por momentos dramáticos. Recentemente, o Parlamento Europeu aprovou uma Moção que exorta as autoridades venezuelanas a respeitarem a decisão da Assembleia Nacional de convocar eleições democráticas, bem como a de solicitar ajuda internacional.

**Cláudia Monteiro de Aguiar** tem vindo a reunir com várias Associações, Entidades, ONG cujo trabalho tem sido o de acompanhar de perto a situação de portugueses a residir na Venezuela, de Venezuelanos a regressar quer a Portugal, quer a Espanha *"ainda esta semana reuni com a VENECOM e os relatos que nos chegam da Venezuela, na primeira pessoa, são aterradoros. A falta de alimentos e medicamentos é motivo de alerta para uma calamidade social que se faz sentir. Esta não é apenas uma preocupação de Portugal, estamos a falar de uma preocupação de escala europeia: a Espanha, a Itália e até mesmo a Alemanha têm comunidades de imigrantes na Venezuela, logo é urgente que a Comissão Europeia intervenha através da Alta Representante."*

Na missiva enviada à Comissão Europeia, a Eu-

rodeputada do PSD Cláudia Monteiro de Aguiar ressalva ainda que *"gostaria de assistir a um trabalho conjunto entre autoridades europeias e as Nações Unidas por forma a criarem um corredor humanitário, o mais célere quanto possível, de ajuda às populações mais afectadas. Um corredor humanitário capaz de levar bens de primeira necessidade, água e medicamentos a todos aqueles que hoje atravessam uma verdadeira crise humanitária"*.

Cláudia Monteiro de Aguiar questionou ainda a Comissão Europeia relativamente ao mesmo assunto visto que há relativamente um ano atrás, a Deputada teria endereçado um pedido no sentido de serem feitos todos os esforços para apoiar a Venezuela e a sua população na qual estão inseridas comunidades portuguesas e luso-descendentes.



# Deputado José Manuel Fernandes defende postura proactiva de Portugal na elaboração dos próximos fundos e programas europeus

**N**a última sessão plenária de Estrasburgo antes do verão, o Comissário do Orçamento e Recursos Humanos, **Günther Oettinger**, apresentou em plenário o último dos 5 documentos de reflexão da Comissão Europeia sobre o futuro do financiamento da União Europeia.

O eurodeputado português, **José Manuel Fernandes**, enquanto Coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, defendeu um diálogo estruturado entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento para se alcançar um bom acordo relativamente ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós 2020. A Comissão vai apresentar a sua proposta até Junho de 2018. Para José Manuel Fernandes **"Portugal tem de definir rapidamente o que pretende para depois de 2020! Estamos a falar dos próximos fundos, programas e instrumentos financeiros. Note-se que o actual QFP 2014/2020 garantiu um envelope financeiro a Portugal superior a 30 mil milhões de euros!"**

O eurodeputado afirma: **"defendo que o próximo QFP tenha 7 anos** embora não exclua a hipótese 5+5. Considero que **não devemos reduzir os montantes para a política de coesão e para agricultura**" acrescentando ainda que "os objetivos da Estratégia da União Europeia, da Estratégia Europa 2020, continuam, mas temos uma nova prioridade, que é a segurança e a defesa, e isto precisa de recursos adicionais, de financiamento adicional. Assim, **a segurança e a defesa devem dar origem a uma nova rubrica no QFP.** A competitividade da economia da UE, a sustentabilidade, a coesão social económica e territorial têm de ser as prioridades".

Na intervenção em plenário o Eurodeputado referiu que **"falar de orçamento é falar aos cidadãos; é falar de emprego** e, nomeadamente, de emprego jovem, de investigação e inovação, de agricultura, de pescas, de apoio às



autoridades locais, de cultura, de apoio para a educação e para as universidades, de mobilidade, de vias de comunicação, de abastecimento público de água e de saneamento; é falar da melhoria da qualidade de vida, mas é também falar de competitividade; **é falar também de solidariedade**, que, na União Europeia, tem de existir entre os Estados-Membros e dentro

dos Estados-Membros."

Para o Deputado português é necessário que o Parlamento, a Comissão Europeia e o Conselho cheguem a um acordo para o novo Quadro Financeiro Plurianual ainda durante esta legislatura, para garantir previsibilidade e estabilidade.

# José Manuel Fernandes promove a cultura portuguesa, em Bruxelas,

com Carlos do Carmo, António Victorino de Almeida e Dinis Ribeiro

**N**uma iniciativa que teve como objetivo **promover a cultura portuguesa**, o Eurodeputado **José Manuel Fernandes** recebeu no Parlamento Europeu, o escultor Dinis Ribeiro, o maestro António Victorino de Almeida e o fadista Carlos do Carmo.

A iniciativa começou com a inauguração da exposição *"Memória a Essência do Nada"* da autoria de **Dinis Ribeiro**, e seguiu-se de uma conversa entre o escultor, **António Victorino de Almeida**, **Carlos do Carmo** e as respetivas netas, Mariana e Francisca, com o tema *"A Passagem do Legado entre Gerações"*.

*"Estas iniciativas permitem trazer Portugal até Bruxelas. Temos a obrigação de dar a conhecer e divulgar a nossa riqueza cultural, a nossa música e arte"*, comentou José Manuel Fernandes.



Entre muitos eurodeputados presentes, a iniciativa contou ainda com a presença do Senhor

Embaixador, **António Vasco Alves Machado** e o Comissário Europeu, **Carlos Moedas**.

## "PRÉMIO ESCOLA NA EUROPA"

O eurodeputado **José Manuel Fernandes**, em conjunto com o **Diário do Minho** e o Centro de Informação **Europe Direct de Ponte de Lima**, lançou o prémio **"Escola na Europa"**, para os alunos e escolas do Minho, com o objetivo de fomentar o interesse, o conhecimento e o debate acerca do funcionamento da União Europeia e das suas instituições.

*"A iniciativa teve apresentações de trabalhos com muita qualidade, que retratavam os investimentos europeus e os seus impactos nas terras de cada um dos alunos"*, comentou José Manuel Fernandes, afirmando também que *"com as apresentações ficou evidente a importância e a excelência do trabalho que as*

*escolas desenvolvem com os alunos junto das comunidades, ajudando a reforçar o sentido de pertença à União Europeia"*.

Os vencedores do Escalão A – ensino secundário e profissional – conquistaram uma visita ao Parlamento Europeu em Bruxelas.

**Os trabalhos vencedores em vídeo e em fotografia** foram produzidos pelo Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, de Vila Nova de Famalicão **"O património industrial famalicense"** e pelo Agrupamento dos alunos da Escola Secundária de Ponte de Lima, com o trabalho **"O Minho e a Europa – a promoção da Natureza"**, respetivamente.

No Escalão B, destinado a alunos dos 2º e 3º ciclos, venceu o **trabalho em vídeo "Cittânia de Briteiros - um tesouro do Minho e da Europa"**, apresentado pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Briteiros de Guimarães.

A cerimónia de entrega dos prémios, contou com um momento cultural protagonizado por Rui Mesquita (piano), Mariana Domingues (violino) e Fernando Silvestre (declamação), juntando a música do Hino da Alegria com a declamação de um trecho de *"Mensagem"*, de Fernando Pessoa. Esta sessão serviu também para anunciar os vencedores do concurso da escola para o novo logótipo do Clube da Europa.





A Eurodeputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** organizou, no Centro de Congressos da Madeira, uma conferência denominada “Europa, que futuro?” com a participação dos Eurodeputados **Paulo Rangel**, do Grupo PPE, **Charles Tannock**, do Grupo ECR, **Francisco Assis** do Grupo S&D e de **António Trindade**, Presidente e CEO do Grupo PortoBay.

Importa ainda salientar a presença do Senhor Presidente do Governo regional da Madeira, Dr. **Miguel Albuquerque**, que na sua intervenção alertou para a importância estratégica que o centro Internacional de Negócios assume na Região Autónoma da Madeira.

Segundo a Eurodeputada do PSD “é fundamental debater o futuro da Europa com os nossos concidadãos, com as autoridades locais e regionais assim como com os agentes económicos e sociais. Se todos juntos debatermos o futuro do projecto europeu e analisarmos possíveis soluções de futuro, a Europa progride

de forma mais rápida e sem cair na senda dos populismos e extremismos.”

As intervenções dos Eurodeputados dos diferentes quadrantes político assim como do Dr. António Trindade centraram-se no impacto do Brexit no projecto europeu, nomeadamente no futuro acordo a celebrar com a União Europeia e impacto no sector do Turismo; o sentido de se caminhar para uma maior integração ou desintegração europeia, repensar o triângulo institucional e olhar para uma Europa a várias velocidades; os benefícios para Portugal e para a RAM dos acordos comerciais com os Estados Unidos da América (TTIP) e Canadá (CETA); o efeito Trump no projecto europeu e o futuro acordo comercial com o MERCOSUL, tendo em conta a situação na Venezuela com uma análise da crise social e política e o Brasil em recessão.

Por fim, Cláudia Monteiro de Aguiar salientou que “este foi apenas o primeiro de vários debates que quero promover na Região Autó-

noma da Madeira, dado que é fundamental explicar à sociedade civil o trabalho que as instituições europeias têm vindo a alavancar o crescimento económico, a criação de riqueza e a melhorar a qualidade de vida de todos.”

A iniciativa da Eurodeputada do PSD estava inserida nas comemorações da semana Europa, de 8 a 12 de Maio, que a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar organizou no âmbito do dia Europa que se celebrou a 9 de Maio. Importa ainda frisar que durante a semana, foi realizada a Cerimónia de Encerramento do Concurso “Solidariedade Intergeracional na Europa”, dirigido às Universidades Seniores da Região, organizado pela Eurodeputada Cláudia Monteiro de Aguiar em parceria com o Centro de Informação Europe Direct Madeira. O evento contou com a presença e intervenção do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, Dr. **Sérgio Marques**.

# Cláudia Monteiro de Aguiar leva Comissão das Pescas à Madeira

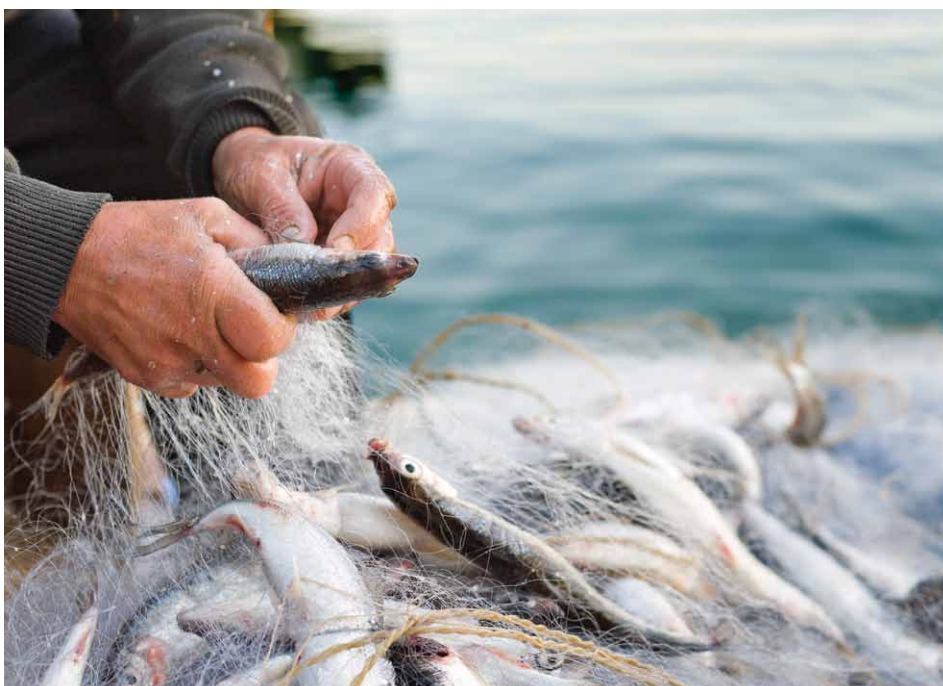
**C**láudia Monteiro de Aguiar levou a Comissão das Pescas do Parlamento Europeu a visitar a Região Autónoma da Madeira, onde organizou diversas reuniões com as autoridades locais e regionais, assim como com pescadores ou empresas do sector marítimo. A Comitiva oficial foi ainda recebida pelo Presidente do Governo regional, **Dr. Miguel Albuquerque** e pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, **Dr. José Lino Tranquada Gomes**.

Durante esta visita, foi abordado o relatório recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu, em que foi possível aprovar a renovação das frotas de Pesca nas Regiões Ultraperiféricas, a criação de um novo instrumento de financiamento para os Pescadores e a renovação das quotas de pesca para ter em atenção as necessidades específicas das regiões.

Recorde-se que este relatório suscitou na altura várias e acesas trocas de pontos de vista, tendo inclusivamente levado o PSD a acusar os socialistas europeus de não apoiarem os Pescadores Ultraperiféricos devido ao facto do relatório inicial da Deputada Socialista não defender a criação de um novo POSEI Pescas e por vários socialistas não terem apoiado a renovação das embarcações de Pesca. No entanto e fruto da persistência dos Eurodeputados do PSD liderados por Cláudia Monteiro de Aguiar, foi apresentada uma alteração final que foi favoravelmente votada em plenário pela generalidade dos colegas.

Na visita realizada na Região Autónoma da Madeira, Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu que *"este é um relatório muito importante para as Regiões Ultraperiféricas e fico extremamente satisfeita que o trabalho realizado tenha culminado no pedido de criação de um instrumento de financiamento específico para as Pescas nas RUP, o denominado **POSEI PESCAS**, e existam incentivos cada vez maiores para a renovação das embarcações de pesca"*.

O relatório aprovado pelo Parlamento Europeu defende também a **análise da atribuição das**



**quotas de pesca**, nomeadamente a necessidade de se proceder a uma revisão da distribuição de quotas para certas espécies (como o aumento da quota do atum rabilho nos Açores), bem como a abertura de possibilidades de captura de outras (como a gata-lixia na Madeira).

Aquando da reunião com os pescadores, os Eurodeputados tiveram a oportunidade de discutir o facto de só os navios de pesca registados em portos das RUP deverem ser autorizados a pescar nas águas das RUP, a necessidade de aumentar das capacidades de determinados segmentos de frota nas RUP e a necessidade de se aplicar o regime de compensação dos custos suplementares a fim de fomentarem a rentabilidade do setor.

A Eurodeputada do PSD estava visivelmente satisfeita pela realização da visita à sua região, salientando ainda a importância do relatório recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu *"os pescadores ultraperiféricos atravessam sérias dificuldades, com embarcações antigas, inseguras e inimigas do ambiente, carecendo de*

*apoios europeus para renovarem as suas frotas e assim aumentarem as suas possibilidades de pesca"*.

O Parlamento Europeu discutiu, ao longo de 8 meses, a gestão das frotas de pesca registadas nas Regiões Ultraperiféricas, tendo efectuado uma missão à Madeira para se inteirar das condições dos pescadores ultraperiféricos. Neste período de tempo, foram realizadas várias trocas de pontos de vista com especialistas da matéria (pescadores, biólogos, industriais, governantes) e foram solicitadas informações às autoridades competentes.

*"Este foi um longo trabalho de negociação, em que várias vezes foi necessário convencer os socialistas europeus de que as RUP devem ter uma especial atenção devido ao carácter ultraperiférico e aos constrangimentos económicos, sociais e geográficos que possuem e que estão retratados no Tratado de Lisboa. Felizmente que muitos colegas ajudaram nesta sensibilização e hoje o relatório seja claramente positivo para todos, mas sobretudo para os Pescadores"* defendeu Cláudia Monteiro de Aguiar.



# Sofia Ribeiro levanta a questão: “será possível produzir mais com menos?”

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** organizou no Parlamento Europeu um seminário intitulado “O impacto das políticas europeias nos Agricultores: **Será possível produzir mais com menos?**”, tendo afirmado que “esta é uma realidade que não poderemos ignorar, e este debate surge numa altura que considero fundamental, numa altura em que se está a preparar a revisão da Política Agrícola Comum - PAC pós 2020”.

Esta iniciativa contou com a co-organização da CAP - Confederação de Agricultores de Portugal e decorreu no âmbito de um convite que Sofia Ribeiro realizou à recentemente eleita direção desta importante organização dos Agricultores. Segundo a Eurodeputada “aproveitei a vinda destes dirigentes agrícolas para auscultar as necessidades e anseios do sector, no que concerne à reforma da PAC, mas também deixei uma palavra de reconhecimento pelo que o anterior presidente da CAP, **João Machado**, fez pela agricultura nacional, e uma palavra de estímulo para o novo presidente, **Eduardo Oli-**

**veira e Sousa**, para os desafios que se avizinham, apostando num trabalho conjunto em prol do sector agrícola, para mais, quando esta nova direção tem como Vice-presidente, o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, **Jorge Rita**”.

O seminário contou com diversas participações, quer do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, do COPA-COGECA (entidade que representa os Agricultores e Cooperativas Agrícolas Europeus), bem como de diversas organizações de produtores espanhóis, gregos, italianos e franceses. No entanto, Sofia Ribeiro destacou a intervenção do representante da Associação Europeia de Proteção de Colheitas - ECPA, pois “introduziu a questão da **utilização dos pesticidas na agricultura** de uma forma séria e que permitiu perceber as suas vantagens e desvantagens. Este é um assunto, no meu entender, que marcará os próximos anos a nível europeu, pois a pressão dos consumidores para a menor agressão possível ao meio ambiente é cada vez maior e os agricultores têm de

estar preparados para isto e saber defender-se de algumas acusações que são falsas, injustas e completamente irrealistas.” Ao concluir as suas declarações, Sofia Ribeiro afirmou que “as conclusões deste debate foram partilhadas por todos. Utilizando a questão de lançamento da discussão, considero que os agricultores terão alguns **“menos”**, nomeadamente, e possivelmente, menos dinheiro (ajudas), menos herbicidas e químicos e menos água disponível, devido às alterações climáticas. Do lado dos **“mais”**, estes terão de produzir mais, com ainda mais qualidade e de uma forma ainda mais sustentável do ponto de vista ambiental. Foi um debate muito interessante, em que a Comissão Europeia tomou boa nota das nossas preocupações de modo a que na próxima comunicação sobre a PAC, estas já estejam integradas. Gostaria também de referir que este seminário contou com uma delegação do PSD/Açores, liderada pelo Deputado **António Almeida**, responsável pelos assuntos de Agricultura do PSD/A no Parlamento Regional, que muito me honrou”.

## Sofia Ribeiro defende remuneração justa para os pescadores

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** interveio no Parlamento Europeu, na sessão plenária em Estrasburgo, a **defender os pescadores europeus** da situação dramática por que estão a passar, tendo afirmado que “é inadmissível que os pescadores tragam centínimos para casa, que a grande distribuição tenha grandes margens de lucro e que os consumidores paguem fortunas pelo peixe que consomem.”

O debate decorreu numa altura em que a crise está a afectar sobremaneira o sector das pescas. Neste sentido, Sofia Ribeiro afirmou, perante a Comissão Europeia de que “os pescadores atravessam uma crise económica gravíssima e a Comissão Europeia tem de criar medidas e mecanismos de proteção

do rendimento dos pescadores” tendo acrescentado que “estas têm de passar por quatro dimensões, nomeadamente a formação quer nas artes, quer na ciência para a **valorização do pescado**, em segundo lugar no reforço da posição dos pescadores na cadeia de valor, o que implica o reforço das organizações dos pescadores (terceiro ponto), e em quarto lugar, o reforço dos fundos de compensação salarial quando há uma interdição na pesca”. Relativamente a este último ponto, Sofia Ribeiro afirmou que “não me refiro ao existente relativo às paragens biológicas, mas sim às **paragens por condições climáticas adversas**, que considero fundamental, refiro-me às catástrofes ambientais e à contaminação por bio-toxinas”.



Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro afirmou que “se estas medidas forem aplicadas nós teremos mais justiça social também na pesca”.

# Sofia Ribeiro defende impacto efectivo nos cidadãos das políticas e instrumentos financeiros da União

**D**ecorreu em Estrasburgo, uma conferência co-organizada pela Eurodeputada **Sofia Ribeiro**, no âmbito do Intergrupo “Mares, Rios, Ilhas e Áreas Costeiras – SEARICA”, do qual é **Vice-Presidente para as Regiões Ultraperiféricas (RUPs)**, que pretendeu debater o papel das ilhas e RUPs enquanto casos-de-estudo para uma abordagem de base local dos investimentos da União Europeia. Na ocasião, a Eurodeputada considerou ter sido “um momento muito importante de reflexão e de debate para que no futuro, este importante fundo europeu, mais conhecido como “**Plano Juncker**”, tenha em consideração as particularidades das nossas Regiões”.

O evento foi organizado com a colaboração da **Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM)** e contou com diversos oradores, entre Eurodeputados, representantes de Ilhas e Regiões Insulares, do Comité Económico e Social Europeu, entre outros, destacando-se ainda o Vice-director da DG Energia da Comissão Europeia, e o Eurodeputado **José Manuel Fernandes**, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu e relator do “**Plano Juncker**”.

Segundo Sofia Ribeiro “*importa perceber que temos de nos adaptar a estes novos instrumentos financeiros europeus, que implicam a proactividade por parte dos interessados, realizando candidaturas, procurando parcerias, entre outras ações. No entanto, considero que também devem ser garantidas condições de acesso semelhantes e não discriminatórias para todos os europeus, especialmente para os que são mais vulneráveis como é o caso das **Regiões Ultraperiféricas***”. De facto, este instrumento financeiro, surgido na sequência da crise económica e financeira que afectou a Europa (redução de 14% no investimento entre 2007 e 2013) disponibilizou um plano de investimento **315 mil milhões de euros durante 3 anos** destinados à implementação de projectos em pequenas e médias empresas, tendo sido recentemente renovado por igual período. No entanto, têm surgido



algumas críticas pela concentração territorial dos projectos aprovados até ao momento. Para Sofia Ribeiro “*tendo em conta que se inclui neste fundo a possibilidade de apoio a áreas com particular relevância, nomeadamente infra-estruturas, investigação, inovação e energias renováveis, potenciando a criação de emprego, a competitividade e o crescimento a longo-prazo, há que o tornar **mais acessível e desburocratizado**. É um financiamento crucial para o **rejuvenescimento dos sectores marinho e marítimo da União Europeia**, por exemplo, e para promoção da investigação, inovação e empreendedorismo ao nível da **economia azul***. Foi isto que defendemos ontem e foi isto que a Comissão Europeia levou como recomendação”. A Eurodeputada acrescentou ainda que “*devido aos condicionalismos geográficos (distância, descontinuidade territorial e carácter oceânico), as ilhas e as RUPs constituem óptimos casos-de-estudo para aferir a adequação das abordagens adoptadas nos investimentos pela União Europeia. Os cenários generalizados de **dificuldades económicas e financeiras são sentidos de forma particularmente intensa nas ilhas e RUPs**, facto que justifica a adopção de medidas direccionadas para as suas especificidades, através de uma abordagem local e de proximidade. Só*

*assim poderemos garantir o sucesso e o impacto positivo dos investimentos da União Europeia na criação de riqueza e emprego nas nossas comunidades, locais e regionais, com reflexos na própria qualidade de vida dos nossos concidadãos, o que muitas vezes não tem acontecido*”.

Ao finalizar as suas declarações, Sofia Ribeiro defendeu ainda “*a importância da clara distinção entre o **estatuto de RUP**, consagrado no artigo 349.º do Tratado e as restantes ilhas europeias. Por outro lado, as RUPs, com as suas vastíssimas zonas económicas exclusivas (ZEE's) apresentam um enorme potencial para o desenvolvimento da economia azul europeia, pelo que devem ser alvo de investimento da União, contribuindo assim para um crescimento inteligente e sustentável da Europa*” tendo terminado, afirmando que “*foi também bom ter recebido a garantia de que nesta extensão do “Plano Juncker” vão ser tidas em conta as especificidades das diversas Regiões europeias de modo a garantir um acesso equitativo a este instrumento, por parte de todos os Europeus. Fica o desafio para as nossas empresas, cidadãos e Governos para aproveitarem esta importante **fonte de financiamento para projectos e iniciativas que a banca tradicional não é capaz de apoiar***”.



# Quem falha nos refugiados: o Governo ou a Comissão Europeia?

**C**arlos Coelho questionou a Comissão Europeia sobre a razão **porque Portugal recebeu apenas 1.228 refugiados**, apesar do Primeiro-Ministro de Portugal ter anunciado em Fevereiro de 2016 que estaria disposto a receber 10.000: *"O Primeiro-Ministro anunciou solidariedade em fevereiro de 2016, mas pouco se materializou ainda. É necessário perceber porque é que a generosidade portuguesa não está a ser aproveitada?"*.

O social-democrata interveio, também, no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo no debate *"Fazer funcionar a recolocação"* onde interpelou directamente a Comissão Europeia no mesmo sentido: *"Portugal acolheu apenas 1.228 pessoas. Cerca de um décimo do objectivo fixado por nós próprios. De uma vez por todas, quem está a falhar: Será o governo português, será a Comissão Europeia ou a culpa é de terceiros?"*.



O Deputado ao Parlamento Europeu do PSD notou ainda que *"tem sido noticiado que os refugiados recolocados não estão a ficar em Portugal e ao mesmo tempo temos relato de que apenas 5% viu de facto reconhecido o seu estatuto de refugiado. Uma vez mais, temos de perceber se há alguma relação entre estes dois factos"*.

Carlos Coelho concluiu salientando que **"requeri urgência na resposta pela Comissão. Estamos perante uma tragédia humanitária que não pode esperar. Temos de dar consequência à mobilização da sociedade civil portuguesa para acolher estas pessoas que estão a fugir da guerra. Para os refugiados que já estão no nosso país, temos de garantir, desde início, que exigimos e providenciamos as condições ideais para a sua integração na nossa comunidade. Resolver este problema é crucial"**.

## Carlos Coelho apelida decisão de Trump de "egoísta e irresponsável", apelando ao "reforço da liderança europeia"

**Carlos Coelho** reagiu, em Bruxelas, à decisão do Presidente dos Estados Unidos da América, **Donald Trump**, de retirar os EUA do Acordo de Paris sobre o clima. *"Esta decisão egoísta e irresponsável contraria um facto básico: o de que as alterações climáticas são a mais clara manifestação dos desafios da globalização. Os seus efeitos são sentidos por todos e o seu combate tem de ser feito por todos. Quando as interdependências exigem mais compromisso, Trump opta por ficar de fora. Com esta atitude, Trump coloca os EUA ao nível da Síria e da Nicarágua"* afirmou.

O Deputado ao Parlamento Europeu, afirmou que **"a decisão é egoísta porque prejudica a solidariedade internacional e interge-**

**racional:** por um lado rejeita compromissos assumidos por todos os demais 194 países, sabendo que são os países mais pobres e mais afectados pelos efeitos do aquecimento global que vão sofrer mais com este retrocesso (veja-se o caso das crises migratórias motivadas por catástrofes naturais, por exemplo); por outro lado, Trump deixa o custo da ignorância das alterações climáticas e das suas consequências para as gerações futuras, que terão de lidar com um mundo mais parco em recursos naturais e com níveis de aquecimento insustentáveis". Acrescentou que **"esta saída é, também, uma decisão errática, porque infundada: quando o mundo da Ciência comprova o desafio global, Trump toma uma decisão unilateral. Esta deriva isolacionista, aqui como**

noutras matérias, não augura nada de bom para o futuro das relações internacionais, nem tão pouco para o futuro dos Estados Unidos da América, nosso aliado natural".

Quanto às consequências da decisão, o social-democrata concluiu que **"a União Europeia sempre foi líder do combate às alterações climáticas e, neste momento, é chamada a reafirmar essa sua liderança. A saída dos EUA não pode significar o fim do Acordo, se bem que dificulta o cumprimento dos seus objectivos. Este momento deve levar-nos a reforçar os esforços conjuntos dos 194 países que ficam e que estão dispostos a trabalhar, na base do compromisso, para um futuro melhor"**

# Carlos Coelho assinala o Dia Mundial do Refugiado: *"Uma urgência recorrente"*



**C**arlos Coelho assinalou, em Bruxelas, o **Dia Mundial do Refugiado**, evocado a 20 de Junho de cada ano, desde 2000, como forma de consciencializar as populações para a situação de quem se vê obrigado a deixar as suas casas e as suas comunidades por força da guerra, de conflitos ou de tragédias naturais. "Marcar o Dia Mundial do Refugiado em 2017 é mais do que uma marca na agenda e palavras de circunstância. Nunca, como hoje, o Mundo conheceu um número tão elevado de refugiados. **Quase 66 milhões de pessoas vivem deslocadas e dessas, quase 23 milhões são refugiados.** Isto significa que uma em cada 113 pessoas no Mundo vive deslocada: mais que a população do Reino Unido. Se isto não é motivação suficiente para agir, não sei o que será", afirmou o Deputado ao Parlamento Europeu.

Questionado sobre os números do último relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Carlos Coelho destacou "a **situação preocupante das crianças refugiadas**, que constituem metade das pessoas deslocadas fora do seu país. Quando falamos de 75.000 crianças não acompanhadas requerentes de asilo estamos a olhar para uma cifra impressionante, mas estou seguro de que o número de menores

deslocados forçados é muito mais elevado. Combater este fenómeno é uma emergência, tal como a **luta contra o tráfico de seres humanos**". O social-democrata acrescentou, ainda, que "há países de origem de refugiados crónicos, como o Afeganistão e o Iraque, mas destaco particularmente a situação da Síria - que tem um terço da sua população deslocada - e do Sudão do Sul, afectados por conflitos a que a comunidade internacional tem de acorrer, de uma vez por todas. Não conseguiremos inverter este aumento progressivo do número de pessoas deslocadas se não atacarmos a origem e comprometermo-nos com soluções de paz nestes países".

Sobre o papel da UE, o parlamentar europeu afirmou que "é imperativo que **concluamos a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo**. De minha parte tenho lutado por um sistema que seja justo para os refugiados, para os países da linha da frente mas também para os de destino", acrescentado que "precisamos de reconhecer a natureza europeia da política de asilo, só assim poderemos ser mais eficazes e justos. Mas também a sua dimensão internacional, só assim poderemos resolver os problemas na origem". Numa nota de actualidade, recordou que "de forma particular, tenho envidado todos os

esforço para que o pivot desta reforma - **a nova Agência Europeia para o Asilo** - tenha o mais rapidamente possível todos as competências e todos meios humanos, operacionais e financeiros necessários. Estamos a trabalhar para que um acordo seja possível nas próximas semanas. Temos de ser capazes de prevenir mais crises e garantir real solidariedade europeia".

Carlos Coelho sublinhou ainda, a necessidade de se obter um pacto global para os refugiados, no quadro das Nações Unidas, recordando que "temos convenções e compromissos internacionais que nos dão um quadro de acção razoável, mas que são violados ou desrespeitados em demasiadas ocasiões. Espero que os esforços das Nações Unidas para um novo instrumento internacional que defenda a **educação das crianças refugiadas** e a integração das famílias com oportunidades para a sua inclusão e integração nas comunidades que as recebem seja possível". Alertou, contudo, para o facto de "as pessoas deslocadas querem, na verdade, voltar às suas terras, pelo que o mais urgente é **combater as causas do seu deslocamento**. Erradicando os conflitos, a violência e as perseguições. **É um desafio difícil, mas é um imperativo civilizacional**".



# Acordo por um Mar mais Seguro

## Cláudia Monteiro de Aguiar em trílogo decisivo

**C**láudia Monteiro de Aguiar, relatora do PPE para as 2 Directivas europeias relativas à segurança dos passageiros e dos mares, alcançou, em trílogo, um acordo fulcral na defesa e segurança marítimas. A Comissão Europeia, o Conselho, sobre a Presidência Maltesa, e o Parlamento Europeu, alcançaram, ao fim de longas horas de discussão, um conjunto de compromissos com o intuito de reduzir os encargos e a burocracia para o sector marítimo, quer aos Estados-membros, quer aos privados, através da simplificação dos procedimentos de inspecções dos navios e do uso de soluções digitais para a contagem e transmissão de informações dos passageiros.

Segundo a Eurodeputada *"com este acordo conseguimos melhorar a segurança dos passageiros através de uma simplificação de procedimentos e da inclusão de soluções digitais no processo de transmissão das informações. Em caso de acidente as equipas de salvamento têm ao seu dispor identificação imediata do número de passageiros a bordo e toda a informação necessária de forma mais célere e eficiente. Queremos garantir que o espaço marítimo europeu seja mais seguro."*

No caso do regime de inspecções *"exigimos um quadro mais claro, simples e harmonizado para permitir eliminar as sobreposições de inspecções, feitas pelas autoridades nacionais, e tentar enquadrar estas, com outras vistorias existentes. Queremos navios operacionais, inspecionados, mas que consigam estar mais tempo no mar, ao serviço da população, do que atracados nos portos em vistorias muitas deles duplicadas."*

Este acordo irá ser votado em Plenário, em Estrasburgo, por todos os Deputados no Parlamento Europeu.

### NOTA SOBRE AS DIRECTIVAS

A proposta de Directiva sobre o registo de passageiros prevê que o registo de passageiros e tripulantes seja transmitido por meios electrónicos, e que em caso de emergência ou acidente permita o acesso imediato, à autoridade competente na busca e salvamento. As informações devem ser recolhidas para os navios de passageiros que partam de um porto



situado num Estado-Membro para viagens superiores a 20 milhas, com excepções dos navios militares, humanitários, dos navios de vias navegáveis interiores. Acresce aos dados já pedidos a nacionalidade e elementos sobre a necessidade de cuidados ou assistência especiais em situações de emergência, o que é pedido a título opcional.

Os sistemas janela portuária única e o sistema de identificação automático (AIS) deverão ser utilizados como plataformas digitais para a transmissão dos dados, reduzindo o ónus da responsabilidade às companhias de navegação.

### Acordo alcançado:

- Digitalização do processo de registo dos passageiros dos navios, a fim de obter o número exacto e as informações necessárias para as equipas de busca e resgate em caso de acidente

- Simplificação, facilitação e tornar mais acessível o processo de contagem, registo e transmissão das informações;

- O navio tem 15 minutos, após a saída do porto, para transmitir as informações para a Janela Nacional Única (NSW) ou o Sistema de Identificação Automática (AIS):

- Número total de pessoas a bordo,
- Nome completo,
- Data de nascimento,
- Género
- Nacionalidade
- Necessidade de assistência especial, em caso de emergência, carácter voluntário

Essas informações fornecidas são importantes para que as embaixadas possam entrar em contacto com os familiares.

- Com o objectivo de não criar um encargo desnecessário para os pequenos operadores, isenções para a transmissão das informações à Janela Única Nacional e ao AIS são permitidas para serviços regulares que operam menos de uma hora;

- O projecto de directiva faz parte de uma revisão da segurança dos navios;

A Directiva sobre o sistema de inspecções para a segurança das embarcações regulares pretende alinhar a legislação europeia com a legislação internacional da Organização Mundial Marítima, e eliminar inspecções e vistorias desnecessárias, baseando o novo sistema no risco, e não nos navios e nas companhias de navegação.

### Acordo alcançado:

- Quadro mais claro, simples e comum para o regime de inspecções, garantindo os padrões elevados de segurança, eliminando sobreposições e a aplicação pelos Membros-estados de diferentes regimes de inspecção;

- Redução dos encargos administrativos e racionalização dos critérios para o regime de inspecção: mais tempo no mar e menos tempo atracados nos portos em múltiplas inspecções;

- Racionalização dos esforços das autoridades nacionais no regime de inspecção: duas inspecções anuais com intervalos regulares (não menos do que quatro e não mais do que oito meses de intervalo);

- O projecto de directiva faz parte de uma revisão da segurança do navio de passageiros.

# Eurodeputado Fernando Ruas promoveu Seminário sobre “Turismo Religioso e os Caminhos de Fátima” em Viseu

O Eurodeputado **Fernando Ruas** promoveu, em Viseu, um Seminário dedicado ao “Turismo Religioso e os Caminhos de Fátima”.

Este evento, que partiu da sua iniciativa, pretendeu chamar a atenção para a importância do turismo religioso, que constitui um sector ainda pouco explorado em Portugal.

Nas palavras do Eurodeputado, “sendo nós um país religioso, às vezes temos algum cuidado em potenciar esse turismo, ao contrário do que sucede noutros países, que aproveitam plenamente as potencialidades que o Turismo Religioso lhes confere, tal como é o caso de Santiago de Compostela”.

Para além do debate sobre a importância da Religião no sector do Turismo, também foi abordado o impacto do Turismo Religioso para o Desenvolvimento Local e Territorial, particularmente nos territórios de baixa densidade.

Estes temas fizeram a natural ligação aos “caminhos de Fátima” - que durante o mês de Maio ganham especial destaque e aos “Caminhos de Santiago”, particularmente ao Caminho Português Interior.

Tal como Fernando Ruas salientou “é importante promover o reconhecimento do caminho interior de Santiago e é fundamental criar uma conexão de trilhos entre os Caminhos de Santiago e os Caminhos de Fátima”. Esse trabalho tem sido feito, tal como refere “através dos esforços que os municípios desenvolveram na renovação dos seus troços e na criação de infraestruturas de



hospedagem para acolher os peregrinos, capazes de fazer face ao desenvolvimento cada vez mais crescente deste segmento turístico”.

O Seminário contou com a presença de Deputados ao Parlamento Europeu portugueses, espanhóis, croatas e lituanos, que deram o seu testemunho sobre esta realidade nos seus diferentes países de origem.

Para além do Grupo de Eurodeputados, tomaram uso da palavra o Bispo de Viseu, a Vereadora do Turismo da Câmara Municipal de Viseu, o Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, a chefe de Gabinete do Presidente do Turismo do Centro de Portugal, a Presidente da Fede-

ração Europeia dos Caminhos de Santiago de Compostela e a Professora Teresa Antas de Barros da Escola Superior de Educação de Viseu.

A parte da tarde incluiu uma visita a um troço da Ecopista do Dão, muito utilizada pelos peregrinos que no mês de Maio fazem o percurso até Fátima vindos de Norte.

Esta iniciativa terminou com chave d'Ouro em Fátima, no dia 13 de Maio, onde a comitiva de Eurodeputados e alguns dos oradores presentes no Seminário tiveram a possibilidade de assistir à Missa Papal presidida pelo Papa Francisco, por ocasião das Celebrações do Centenário das Aparições.